

Future-se: É sim privatização!

Carta aos Excelentíssimos Senhores/as presidentes da Andifes, reitores e reitoras e demais participantes da Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

A Associação dos Docentes da Ufes (Adufes), o Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação na Ufes (Sintufes) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), aqui representados, demonstram completa indignação e revolta com o mais novo programa lançado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) – FUTURE-SE – e que tem o propósito claro de aprofundar de forma brutal o processo de privatização nas universidades, que já vem ocorrendo nas últimas décadas.

Exemplo disso foi a entrada da Ebserh na gestão dos hospitais universitários que, aliás, vem sendo citada pelo FUTURE-SE como um caso de sucesso. Posteriormente no Governo Temer é imposta a Emenda Constitucional (EC) 95 que retira investimentos da educação, criando um cenário um cenário propício para o aparecimento de projetos de privatização da educação.

No entanto, sabemos que a Ebserh aprofundou a precarização das condições de trabalho dos técnicos-administrativos e dos serviços públicos, promoveu o desmonte de uma série de atendimentos prestados à comunidade, e segue atacando a autonomia universitária, interferindo no tripé ensino – pesquisa – extensão.

E as ações privatizantes só ampliam. O projeto de reforma da educação superior pública federal (FUTURE-SE), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no último dia 17 de julho, traz a lógica privatizante sob o manto da autonomia financeira das universidades. Estamos todos horrorizados com tal projeto, incrédulos com a brutalidade da proposta que coloca novamente em risco o ensino, pesquisa e extensão nas nossas universidades públicas.

As universidades federais, que já foram tratadas pelo MEC como local de balbúrdia, não podem ter seu patrimônio educacional, que inclui, além dos campi universitários, uma rede de milhares de cientistas e pesquisadores, a mercê das flutuações capitalistas. Além disso, cumprem-se ressaltar, todas as diretrizes do FUTURE-SE foram decididas de cima para baixo, sem negociação com a comunidade acadêmica, e ferindo gravemente o princípio da autonomia acadêmica, garantido na Constituição.

Não foi por acaso a decisão do MEC de alijar os próprios reitores e reitoras do processo de construção dessa proposta, Vocês, que são representantes das universidades, inclusive escolhidos por suas comunidades, foram completamente ignorados por este governo. Um plano dessa complexidade precisa ser discutido de forma detalhada nas universidades, mesmo que o MEC tenha optado por criá-lo sem qualquer diálogo com seus representantes legítimos, neste caso os senhores reitores.

De forma desrespeitosa, o MEC definiu um período de consulta pública que, pasmem, coincide justamente com o período de férias na maioria das instituições. E isso também não foi por acaso. O governo Bolsonaro acredita erroneamente na desmobilização da comunidade acadêmica.

Por fim, o MEC lança tal projeto quando as universidades estão em situação de colapso orçamentário, algo em torno de 30% das verbas de custeio e capital, já apostando – claro – que sem orçamento suficiente para arcar com suas despesas básicas, não restará outra saída senão as universidades aceitarem o que está sendo proposto.

É sim privatização! A razão de existir do FUTURE-SE de Jair Bolsonaro é o total descompromisso do Estado com a universidade pública. Sob uma cortina de fumaça, o FUTURE-SE dissemina a ideia de ser um projeto que trará liberdade e autonomia para as instituições. Prevê, inclusive, que irá estimular a captação de recursos privados pelas instituições de ensino, inserir a figura jurídica das OSs (organizações sociais) para gestão das universidades e formar um fundo soberano para administrar o patrimônio imobiliário ligado às reitorias.

Outro ponto que não concordamos é a suposta “adesão voluntária” ao FUTURE-SE, tão alardeada pelo MEC. No nosso entendimento, o que há aí é uma imposição por asfixia financeira: ou a IFE abre mão de sua autonomia e aceita o Programa, ou literalmente terá que fechar suas portas. E essa chantagem se dá em um momento difícil, num cenário da PEC do Teto dos Gastos e de cortes orçamentários.

Temos diante de nós, um programa do governo que desmonta as carreiras do magistério superior, do ensino básico técnico e tecnológico (EBTT) e dos técnicos-administrativos. Aponta para a cessão de atuais servidores para as Organizações Sociais e, ainda, para a contratação via essas organizações e não mais através de concursos públicos, vinculado ao Regime Jurídico Único.

As universidades e institutos federais e Cefet são patrimônios de toda a sociedade e têm que ser defendidos por toda a população. O que também está em jogo são os serviços que as instituições prestam para toda a sociedade, portanto convocamos os senhores e senhoras reitores/as, bem como a sociedade, para que não se dobrem a tais ameaças.

Nós, Professores, técnico-administrativos e estudantes estamos na resistência. Esperamos que os senhores/as reitores/as lutem conosco contra a destruição da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Esperamos que os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representada neste espaço por todos vocês, defendam os interesses da comunidade acadêmica pelo qual foram eleitos/as.

Ressaltamos, que todos os itens do FUTURE-SE necessitam de cuidadosa avaliação, esclarecimentos e discussão junto a nossas comunidades, visando garantir a manutenção da autonomia universitária e a preservação do caráter público, gratuito e inclusivo das instituições de ensino superior, conforme os dispositivos consagrados e vigentes no texto constitucional.

Vitória, 25 de julho de 2019.

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo/Adufes – Seção Sindical do Andes-SN

Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação na Ufes (Sintufes)

Diretório Central dos Estudantes da Ufes (DCE)
